



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

GÊNERO, FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

**A experiência de grupo com profissionais da Economia
Solidária que perderam seus empregos.**

Andressa Cristina de Andrade¹
Natália Sanches²
Rafael Bianchi Silva³

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a questão da precarização do trabalho a partir de uma experiência de estágio realizada em um centro público de economia solidária. Inicialmente a proposta de trabalho estava voltada para os usuários da inclusão produtiva. Porém, durante a realização das atividades de estágio, os próprios profissionais técnicos que atendiam os empreendimentos se viram diante da situação de que, em algumas semanas, eles mesmos ficariam sem emprego e renda devido ao fim da parceria entre a prefeitura da cidade e a entidade responsável pelo centro. A partir desse contexto, as atividades passaram a ser voltadas a este grupo de trabalhadores.

Desde o início das atividades, em conversas realizadas com a equipe, observou-se pelos relatos de experiências vivenciadas pelos trabalhadores desse serviço socioassistencial, a ausência de espaços formativos para a categoria, associado aos crescentes dados de informalidade entre profissionais dentro da política.

Somado a isso, o grupo fazia parte de uma equipe formada a partir de um convênio entre a prefeitura e uma entidade parceira. Ainda que no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) tenhamos uma alta incidência de servidores estatutários, segundo Raichellis (2010), vê forte presença de seletistas, dado que é corroborado por Cordeiro (2017).

Pode-se dizer que a mudança desse panorama dentro do SUAS não parece ser algo prioritário para o Estado visto o alinhamento com o modo de organização do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nesse sentido, os trabalhadores das políticas

¹Graduanda no curso de psicologia pela Universidade Estadual de Londrina, e-mail: andandradex3@gmail.com

² Graduanda no curso de psicologia pela Universidade Estadual de Londrina, e-mail: ntsanches9@gmail.com

³ Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da UEL. Doutor em Educação (Unesp/Marília). Email: rafael.bianchi@uel.br.



sociais são colocados constantemente sob condições cada vez mais fluidas que variam desde a troca de cargos, mudanças de instituições, equipes, chefia, população-alvo atendido, como também, a presença marcante do trabalho precarizado em especial no que tange a terceirização do serviços prestado na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

2. DESENVOLVIMENTO

O paradoxo dessa experiência de estágio encontra-se no fato de que embora os técnicos operadores da política de Economia Solidária tenham como ofício a criação de estratégias para inclusão produtiva, geração de renda ou inserção no mercado formal, a partir da notícia do fim do contrato com a entidade empregadora, estes viram-se diante de um contexto no qual deveriam criar estratégias para sua própria reinserção profissional. Embora trabalhassem com tais questões cotidianamente, a equipe como um todo encontrava-se bastante fragilizada com a perda do trabalho demonstrando a importância dessa categoria enquanto constituinte da subjetividade.

A estratégia de trabalho escolhida foi a realização de um grupo operativo que, segundo Bastos (2010), possui o objetivo de promover um processo de aprendizagem para os sujeitos envolvidos, possibilitando que eles elaborem suas ansiedades básicas, rompam com estereótipos, se abram para o novo e o desconhecido que está por vir. Tal grupo teve como objetivo a escuta dos trabalhadores submetidos a uma das facetas do trabalho precarizado do servidor público terceirizado: a demissão sumária (visto que seria para todos os integrantes da unidade) e o desemprego.

Para a realização do grupo, foram definidas cinco questões norteadoras que permitiriam a abordagem da experiência de trabalho da equipe desde a inserção no local de trabalho até a sua saída:

- a) Como se deu a entrada de vocês na economia solidária?
- b) Como vem sendo as suas experiências até aqui?
- c) Como foi quando vocês descobriram a possibilidade de rompimento de contrato?
- d) Como vocês estão se preparando para essa reta final de trabalho?
- e) Quais são as suas expectativas para depois que o trabalho se encerrasse?

3. RESULTADOS

No total, participaram do grupo sete profissionais da equipe do Centro Público de Economia Solidária do município de Londrina/PR. Desses, a maioria iniciou entrou na



organização através de processos seletivos (apenas uma das participantes foi efetivada após cobrir uma licença).

De maneira geral, a implicação nos estudos acerca de temáticas específicas à PNAS e necessária adaptação à diferentes contextos surgiram como temas recorrentes nas falas. Além desses pontos, apontaram que precisaram aprender uma nova realidade para a realização do trabalho, pois segundo os mesmos, esse campo de atuação passa por constantes modificações de equipes, demandas e delimitações territoriais, o que faz com que estejam constantemente em contato com novas chefias que trabalham de formas diferentes e novas populações com suas especificidades para serem atendidas.

Nos discursos identifica-se essa dialética constitutiva trabalho-subjetividade através do que denominaram como “processo de desconstrução”. Utilizando alguns referenciais das clínicas do trabalho, pode-se dizer que a categoria conceitual trabalho engendra “atividade material e simbólica constitutiva do laço social e da vida subjetiva” (Bendassolli e Soboll, 2011, p. 69). Nesse sentido, o trabalho é um importante mediador das relações sociais, especialmente na vida adulta, em que se torna palco privilegiado das trocas intersubjetivas constituintes da identidade individual e que ocorre ao longo de toda a vida do sujeito (Lancman e Ghirardi, 2002).

Além disso, houve a inquietação, angústia devido às próprias incertezas. O medo de não encontrar um trabalho no qual possam ter um papel ativo (assim como no que vinham realizando), a dúvida sobre continuar ou não na área da Assistência Social, a incerteza da manutenção da, a sensação de terem sido pegos desprevenidos com a possibilidade de ruptura do contrato entre a prefeitura e a entidade (relação que consideravam estável), mostrava algumas razões de não conversarem sobre a situação que estavam vivendo. Diziam sentir-se travados, anestesiados, doentes.

4. CONCLUSÕES

A experiência de estágio foi capaz de explicitar quais os sofrimentos específicos que o servidor público terceirizado está sujeitado em seu trabalho: a capacitação limitada de seus técnicos, a fluidez dos cargos e das equipes, a inerente adaptação, a iminente condição de desemprego e incertezas adoecedoras. Embora a equipe do serviço se deparasse diariamente com o desemprego e a geração de renda, não demonstraram-se como mais habilitados para lidarem com a sua própria condição de desemprego.

Tal experiência levou-nos a alguns questionamentos: quais os limites entre a adaptação e precarização do trabalho? A produção de especialismos (característico dos modos capitalistas de produção) contribuem para modificação da realidade social ou



favorecem sua manutenção? De qual maneira? Quais discursos e práticas são capazes de indicar a potencial produção de saúde do servidor público?

5. REFERÊNCIAS

BASTOS, A. B. B. I. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicólogo inFormação**, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, 2010.

CORDEIRO, M. P.; SATO, L. Psicologia na política de assistência social: trabalho em um “setor terceirizado”. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 34(1), p. 41-52, 2017.

BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, 14(1), p. 59-72, 2011.

LANCMAN, S.; GHIRARDI, M. I. G. Pensando novas práticas em Terapia Ocupacional, Saúde e Trabalho. **Revista de Terapia Ocupacional da USP**, São Paulo. v. 13, n.2, p. 44-85, 2002.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, 2010.